



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
do Estado do Maranhão

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90012/2026-DPE/MA**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO-DPE, através de sua Comissão Permanente de Contratação, designado(a) pela Portaria nº 2377-DPGE/2024, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 0001760.110000938.0.2026, oriundo da Divisão de Material, tornam público, para ciência dos interessados que, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO**, aprovado pela Assessoria Jurídica no Parecer nº 102/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Estadual nº 38.136/2023 (no que couber), e demais normas aplicáveis, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

**DATA: 27 de maio de 2026**, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

**HORA: 09:30** horas (nove horas e trinta minutos) – horário de Brasília-DF.

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)

**CÓDIGO UASG:** 453747

**1. DO OBJETO**

1.1 Formação de Registro de Preços para futura aquisição de materiais gráficos, conforme especificações, quantitativos, padrões de qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência, destinados a atender as demandas da Defensoria Pública, observadas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em **grupos**, sendo os **Grupos 02 e 07 de participação exclusiva para ME's, EPP's e equiparadas** e os demais de ampla concorrência, conforme tabela do Anexo I do Termo de Referência.

1.2.1. relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, por grupo, onde todos os itens do grupo deverão estar com preço igual ou abaixo do preço estimado, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.5 A licitação será realizada para registro de preços, postergando-se a indicação de dotação orçamentária para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente nos termos do art. 17º, do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023.

1.6 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/licitacoes>.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A adoção e a operacionalização do Sistema de Registro de Preços no âmbito do presente certame observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como as normas regulamentares aplicáveis e as regras e condições previstas na minuta da Ata de Registro de Preços, parte integrante deste Edital.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 . Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2 A obtenção do benefício de Microempresa/EPP equiparadas fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.1.3 Os Grupos 02 e 07 da presente licitação são de participação exclusiva das empresas que se enquadrem na condição de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da Defensoria Pública do Estado do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Defensoria Pública do Estado do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público da Defensoria Pública do Maranhão;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Defensoria Pública do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da DPE.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital e documentos de habilitação até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de

julgamento por menor preço; e

4.11.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item

4.13. Possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para cada item do Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.9.1 A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

5.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do

desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estimados da contratação.

5.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela DPE por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 51, inciso VIII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 A comunicação entre o **PREGOEIRO** e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagem, em campo próprio do **SISTEMA**.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO GRUPO**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,75%(setenta e cinco centésimos por cento) do valor do grupo/item.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. Poderão participar somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.11.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.11.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar

for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12.2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.2.1 Empresas estabelecidas no Estado do Maranhão;

6.17.2.2 Empresas brasileiras;

6.17.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado**, após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação, e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).



7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.1.2.e 4.6 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

## **7.7 SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA VENCEDORA QUE:**

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7.6 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.7.6.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.7.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.7.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7.8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE:**

7.8.1. O julgamento das propostas levará em consideração o menor preço, ofertado por grupo, sendo vencedor aquele que ofertar o menor valor no(s) Grupo(s).

7.8.2. O vencedor deverá apresentar a proposta ajustada com o valor do item unitário e total, na quantidade(s) máxima(s) e especificações indicadas na tabela do item 1.1 e do Anexo I do Termo de Referência.

7.8.3 A não apresentação nesta fase, dos documentos exigidos, ensejará a desclassificação da licitante.

7.8.5 O valor não poderá ser superior ao valor constante do Termo de Referência, deste edital.

## **8. DA FASE HABILITAÇÃO**

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts.

### **8.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

8.3.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3 Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.3.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados das alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.4.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital

relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **8.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

8.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do certame.

8.5.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

8.5.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.3 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);

8.5.4 Os documentos referidos acima deverão ser com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação ou do grupo pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

8.5.5.1 No caso do licitante classificado em mais de um Grupo, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias, por grupo;

8.5.5.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.5.3 Os documentos referidos acima deverão ser com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.6 Os índices econômicos requeridos neste edital são os mínimos necessários e têm como finalidade única a comprovação de que a capacidade econômico-financeira é adequada para garantir a execução integral do futuro contrato. Tais índices podem ser obtidos em revistas ou informativos especializados em assuntos econômicos, sendo reconhecidos como os padrões habitualmente utilizados em editais de licitação, razão porque se justifica sua adoção.

8.5.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro e acompanhada, se for o caso, de documentos complementares.

8.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.12 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

## 9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3.5. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.defensoria.ma.def.br](http://www.defensoria.ma.def.br).

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

10.1. Não sendo interposto recurso o Defensor Público Geral adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Defensor Público Geral adjudicará e homologará o procedimento.

10.2 A autoridade superior procederá à homologação do certame, após verificar cumpridos os requisitos deste Edital e da legislação aplicável.

## **11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

11.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante

o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

11.4 Poderão ser formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os Grupos/itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas.

11.8. Será incluído na ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor ou licitantes que mantiveram sua proposta original na sequência da classificação do certame.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, o registro:

12.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DO CONTRATO OU NOTA DE EMPENHO**

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

13.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções

previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer a Defensoria Pública do Estado do Maranhão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por e-mail, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3 O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

13.7 O Defensor Geral nomeará servidores para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

13.7.1 O fiscal do contrato deverá:

13.7.1.1 Atestar os documentos da despesa e acompanhar o fornecimento de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

13.7.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção do fornecimento do bem.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 e art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser avaliado para aplicação das sanções a infração cometida bem como a penalidade aplicável a cada caso.

14.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;



14.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.4. A aplicação das sanções previstas, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.5 Para os casos em que a sanção administrativa aplicável for a de multa, esta será calculada na forma do contrato, não sendo inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato celebrado. Quando aplicável ao responsável, será facultada a defesa deste, no prazo de 15 dias úteis, contados da data de sua intimação

14.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e/ ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados, mediante petição a ser enviada, **exclusivamente**, de forma eletrônica, para o e-mail: [cpldpe@ma.def.br](mailto:cpldpe@ma.def.br)

15.4 Caberá ao PREGOEIRO responder os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis, podendo, se for o caso, auxiliar-se pelo setor requisitante e ainda pela Assessoria Jurídica da DPE.

15.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não obrigam a suspensão dos prazos previstos no certame, cabendo exclusiva e excepcionalmente a DPE esta decisão, de forma motivada.

15.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentadas após as 18 h serão considerados, como apresentados no primeiro dia útil seguinte, às 8h.

15.7. Os avisos, as impugnações e respectivas decisões, bem como os pedidos de esclarecimentos e suas respostas deverão ser registradas no SISTEMA pelo PREGOEIRO.

15.8. Se a impugnação for acolhida ou se a resposta aos esclarecimentos importar na modificação do Edital, será definida nova data para abertura da Sessão Pública, sendo o Edital alterado pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original.

## **16. DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1 Conforme descrito no item 5.1 do Termo de Referência.

## **17. DO REAJUSTE**

17.1. As regras acerca do reajuste são as estabelecidas no item 10 do Termo de Referência e na minuta de Contrato, anexos ao Edital.

## **18. DA GARANTIA DOS MATERIAIS**

18.1 Haverá garantia dos materiais, conforme descrito no item 6.2 do Termo de Referência.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



19.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) e endereço <https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/licitacoes>

19.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

19.11.1 ANEXO I - Minuta da Ata de Registro de Preço;

19.11.2-ANEXO II - Termo de Referência e Anexos;

19.11.3 ANEXO III - Minuta do Contrato.

19.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.13. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e membros da equipe de apoio, por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: [cpldpe@ma.def.br](mailto:cpldpe@ma.def.br).

## **ANEXO I - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO SEI Nº 0001760.110000938.0.2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900xx/2026– SRP/DPEMA**

**ID DA CONTRATAÇÃO NO PNCP:**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Júnior Coimbra, S/N, Renascença II, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.295/0001-42, neste ato representada pelo Defensor Geral, Sr.xxx, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no CPF nº. Xxx e no RG nº.xxxx, considerando o julgamento da licitação na

modalidade de Pregão de nº xx/2026, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do Processo Administrativo nº 0001760.110000938.0.2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal n. 11.462/2023, Decreto Estadual nº 38.136/2023, no que couber e demais normativos legais aplicáveis, e em conformidade com o Ato Nº 052-DPGE de 19 de agosto de 2025, conforme as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto a formalização de Registro de Preços para aquisição de materiais gráficos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo II do edital de Licitação nº ...../2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2 DADOS DA EMPRESA

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Nome do Representante: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

3. QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES E CADASTRO DE RESERVA

3.1 DAS ESPECIFICAÇÕES:

Grupo	Especificações		Und.	Qtd.	V.Unt.R\$	V.Total R\$
Valor do Grupo xxx R\$...						

3.1.1 CADASTRO DE RESERVA (art. 82, § 5º inciso VI da Lei nº 14.133.2021)

3.1.1.1 Faz parte integrante desta ATA a(s) EMPRESA(s) que aceitou(aram) formar CADASTRO DE RESERVA, conforme Ata de Formação do Cadastro de Reserva, registrada no Sistema Compras Governamentais – COMPRASNET, transcritas abaixo:

3.1.1.2 - Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Classif.	Item	ESPECIFICAÇÕES	Unid.	Quant.	Valor Unit.R\$

3.1.1.3 - Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

FORNECEDOR (razão social, CNPJMF, endereço, contatos, representante)							
Classif.	Item	ESPECIFICAÇÕES		Unid.	Quant.	Valor Unit.R\$	

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme item 9 do Termo de Referência.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E REAJUSTE**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso e renovado o quantitativo originalmente registrado, em conformidade com o Ato Nº 052-DPGE de 19 de agosto de 2025 e legislação vigente.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela DPE/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.4.3 No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

5.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.5.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.5.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores

remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.5.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.6 Caberá reajustamento da presente Ata de Registro de Preços, conforme disposições pertinentes da Lei 14.133/21, do Decreto Nº 11.462/2023 e do Ato nº 052/2025-DPGE.

5.7 A Unidade Demandante da DPE/MA, (Divisão de Material) será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a comprovação motivada da continuidade da vantajosidade dos preços registrados.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.1 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.2.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.2.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. PENALIDADES**

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e no Contrato.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

## **9. CONDIÇÕES GERAIS**

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

9.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços foi lavrada que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo fornecedor.

São Luís (MA), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

Órgão Gerenciador: Defensoria Pública do Estado do Maranhão

Fornecedor: \_\_\_\_\_

Representante: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

São Luís - MA, em 11 de maio de 2026.

## Comissão Permanente de Contratação

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696  
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / [cpldpe@ma.def.br](mailto:cpldpe@ma.def.br) -

0368674v1



Documento assinado eletronicamente por **Anunciação de Maria C. Barbosa, Chefe da Comissão Permanente de Contratação**, em 11/05/2026, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0368674** e o código CRC **37FC54B0**.



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
do Estado do Maranhão

## TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme a previsão contida no art. 40º da Lei n.º 14.133/2021, § 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei.

### Informações do Processo

NÚMERO DO PROCESSO

0001760.110000938.0.2026

TIPO

Compras: Licitatório /Sistema de Registro de Preço

ESPECIFICAÇÃO

Aquisição de material gráfico

### Dados Gerais

SETOR REQUISITANTE (UNIDADE /SETOR /DEPTO.):

DM  
Divisão de Material

RESPONSÁVEL PELA ÁREA / MATRÍCULA:

**Lucivânia Santana Pereira Lima / 2743433**

ÓRGÃO:

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

TELEFONE / E-MAIL:

**(98) 2055-3066 / material@ma.def.br**

## **1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste processo o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, conforme especificações, quantitativos, padrões de qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

## **2. DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

2.1. Sugerimos a adoção da modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do Sistema de Registro de Preços, conforme a Lei 14.133/21, bem como o Decreto Federal nº 11.462/23 e Decreto Estadual nº 38.136/2023, que regulamenta sobre o sistema de registro de preços para contratações de bens e serviços na Administração Pública.

2.2. A adoção da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, visando a formalização de Ata de Registro de Preços, faz-se viável em decorrência da possibilidade de parcelamento da entrega dos materiais gráficos, podendo ser feita a contratação conforme as necessidades da instituição, proporcionando economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

2.3. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado como critério de julgamento do menor preço do Grupo, em conformidade com a lei mencionada e observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos.

2.4. A divisão dos itens em grupos, conforme detalhado no Anexo I deste Termo de Referência, foi definida com base na afinidade técnica e funcional dos materiais, visando assegurar a padronização visual e a uniformidade de impressão, acabamento, coloração e qualidade dos produtos.

2.4.1. O agrupamento também se mostra mais vantajoso para a Administração, pois facilita a gestão da contratação, a fiscalização da execução, a logística de entrega e a compatibilidade entre os materiais fornecidos, além de contribuir para a economicidade e a eficiência administrativa.

2.4.2. Ressalta-se que a modelagem adotada não compromete a competitividade do certame, uma vez que os grupos reúnem itens correlatos e usualmente comercializados por empresas do ramo, preservando a ampla concorrência e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **3. QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES DO MATERIAL**

3.1. Os materiais objeto deste TR devem estar em conformidade com as condições e exigências estabelecidas nesse instrumento, nos termos do ANEXO I.

3.2. As imagens apresentadas no ANEXO I para cada item dos materiais gráficos são meramente ilustrativas, não devendo ser interpretadas como representações exatas dos produtos a serem fornecidos.

3.3. Para fins de cadastramento no sistema e pesquisa de preços, os itens poderão estar vinculados a códigos CATMAT compatíveis ou aproximados, adotados com base na similaridade material, funcional e mercadológica do objeto. Tais códigos possuem caráter meramente referencial, não substituindo as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e de seus anexos. Em caso de divergência entre a descrição constante do CATMAT e/ou do Banco de Preços e as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos, prevalecerão estas últimas.

## **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A presente contratação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de



materiais gráficos, destinados ao atendimento contínuo das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, abrangendo ações de comunicação institucional, orientação ao público, apoio a eventos, campanhas educativas, identificação visual, sinalização de ambientes, atendimento ao usuário e suporte às atividades administrativas e finalísticas do órgão. O fornecimento pretendido mostra-se necessário para assegurar a padronização da identidade visual institucional, a adequada divulgação de informações de interesse público e a continuidade dos serviços prestados pela Administração.

4.2. Os materiais pretendidos compreendem itens gráficos diversos, tais como folders, panfletos, cartilhas, blocos, pulseiras de identificação, marcadores, pastas, certificados, placas, banners, crachás, adesivos, lonas, sacolas, medalhas e outros correlatos, muitos deles com características personalizadas, modelos variados, especificações próprias de acabamento, impressão, dimensões, aplicação e instalação, conforme a necessidade administrativa. Em razão dessa natureza, a descrição do objeto demandou detalhamento técnico específico no Termo de Referência, a fim de assegurar clareza na definição do objeto, padronização mínima de qualidade, isonomia entre os licitantes e segurança na futura execução contratual.

4.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se adequada, considerando que se trata de demanda recorrente, com fornecimento futuro e parcelado, cujos quantitativos decorrem de estimativa de consumo institucional, possibilitando maior racionalização administrativa, economicidade, padronização e eficiência nas contratações futuras, sem obrigatoriedade de aquisição integral e imediata do quantitativo registrado.

4.4. Para fins de pesquisa de preços e cadastramento dos itens nos sistemas oficiais, foram utilizados códigos CATMAT compatíveis ou aproximados, escolhidos com base na similaridade material, funcional e mercadológica entre os itens catalogados e os bens efetivamente pretendidos pela Administração. Tal providência se fez necessária porque o catálogo padronizado do CATMAT nem sempre contempla, de forma exata e completa, todas as particularidades técnicas dos materiais gráficos a serem contratados, especialmente quanto à personalização, acabamento, gramatura, dimensionalidade, cores, métodos de impressão, prova/amostra, instalação, aplicação e demais exigências específicas estabelecidas pela Administração.

4.5. Desse modo, os códigos CATMAT adotados no presente procedimento possuem natureza meramente referencial e instrumental, servindo para viabilizar a pesquisa de mercado, a identificação de itens semelhantes e o cadastramento no sistema, sem substituir a descrição técnica detalhada constante deste Termo de Referência e dos demais anexos do instrumento convocatório. A especificação elaborada pela Administração é a que efetivamente traduz a necessidade pública a ser atendida, uma vez que foi construída com base nas peculiaridades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e nos requisitos mínimos de qualidade e desempenho esperados para a execução do objeto.

4.6. Eventuais divergências entre as descrições sintéticas constantes do CATMAT e/ou do Banco de Preços e aquelas previstas no Edital e em seus anexos decorrem das limitações próprias dos catálogos padronizados de mercado e da necessidade de a Administração detalhar tecnicamente o objeto de forma mais precisa e aderente à sua real demanda. Tais divergências, por si só, não comprometem a validade da pesquisa de preços, desde que preservada a compatibilidade material, funcional e mercadológica entre o item pesquisado e o item pretendido, especialmente quando o levantamento de preços busca refletir a realidade do mercado para bens de mesma natureza. Em caso de divergência, prevalecerão as especificações constantes deste Termo de Referência, do Edital e de seus anexos.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. SUBCONTRATAÇÃO**

5.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

5.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Da Entrega, recebimento e aceitabilidade**

6.1.1. O prazo de entrega dos materiais é de 15 (quinze) dias corridos, contados do envio da Ordem de Fornecimento, a ser assinada pelo Ordenador de Despesas da Contratante, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais, que será enviada para o e-mail do fornecedor.

6.1.2. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.4. A Contratada deverá realizar a entrega dos materiais, em perfeitas condições sem avarias, no local determinado, em dias de expediente normal realizando prévio agendamento, no seguinte endereço: Av Junior Coimbra, s/n – Bairro: Jardim Renascença II, CEP: 65075-696 - São Luís/MA, de Segunda à Sexta-feira, das 08:30h às 11:00h e das 14:00 às 16:00h.

6.1.5. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, será de inteira responsabilidade do Contratado.

6.1.6. A Contratada deverá entregar os materiais conforme as necessidades e solicitações, sempre a observar as especificações, marcas e preços do que fora proposto e contratado.

6.1.7. Quando o item demandar personalização, a Contratante encaminhará à Contratada o conteúdo, layout, identidade visual, arte-base ou orientações necessárias à produção.

6.1.7.1. A Contratada deverá apresentar, previamente à produção definitiva, prova digital e/ou arte final para análise e aprovação da Contratante, no prazo máximo de 4 ( quatro) dias úteis, contado do recebimento das informações necessárias.

6.1.7.2. A produção definitiva somente poderá ser iniciada após a aprovação formal da arte final pela Contratante.

6.1.7.3. Nos itens que dependerem de aprovação prévia da arte final, o prazo de entrega previsto neste Termo de Referência será contado a partir da aprovação formal pela Contratante.

6.1.7.4. Eventuais erros de impressão, acabamento, diagramação, gramatura, dimensão, coloração ou desconformidade com a arte aprovada deverão ser corrigidos ou o material substituído, sem ônus para a Contratante.

6.1.8. Em caso de transporte por empresa terceirizada, o mesmo não exclui a contratada das responsabilidades civil nem ético profissional referente a toda e qualquer inconformidade que venha a ser identificada no decorrer da entrega do objeto contratado.

6.1.9. A simples entrega dos materiais não implica na aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade.

6.1.9.1. Provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo responsável por acompanhar e fiscalizar o contrato, a fim de verificar o material de acordo com as especificações e quantidades solicitadas.

6.1.9.2. Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após vistoria que comprove a adequação das especificações e a qualidade do material.

6.1.10. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações (ANEXO I) constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.1.11. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.14. O recebimento provisório e definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

6.1.15. Caso as especificações não estejam conforme as exigências, a Contratada deverá substituir ou complementar os materiais em questão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

6.1.16. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue, ficando a Contratada obrigada a substituir, sem ônus para a Contratante, no total ou em parte, os materiais contidos no presente Termo de Referência, mesmo após o recebimento definitivo sempre que se verificar vícios, que não esteja segundo os padrões de qualidade exigidos na sua especificação ou, ainda, quando não condizer com o ofertado na proposta.

## **6.2. Garantia dos materiais**

6.2.1. O prazo de garantia mínimo dos materiais é de 30 (trinta) dias a partir do recebimento definitivo.

6.2.2. Os materiais que apresentarem vício no período de vigência da garantia deverão ser substituídos.

6.2.3. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos que apresentarem vício no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do mesmo das dependências da DPE pelo Contratado.

6.2.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.2.5. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.2.6. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre a DPE e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A DPE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a DPE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. O contrato será acompanhado e fiscalizado pelo Sr ALISON DO AMARANTE BASTOS, representante da DPE, daqui por diante denominada simplesmente FISCAL, conforme Ato Nº 007-DPGE de 18 de janeiro de 2024.

7.7. O gestor do contrato a Srª LUCIVÂNIA SANTANA PEREIRA LIMA emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, conforme Ato Nº 007-DPGE de 18 de janeiro de 2024.

7.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158 da Lei nº 14.133/21, pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.10. Extinção contratual

7.10.1. A extinção contratual poderá ser:

7.10.1.1. Por ato unilateral da Contratante, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 137, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, da Lei de nº 14.133/2021.

7.10.1.2. A requerimento da Contratada, caso ocorra alguma hipótese prevista no § 2º, I, II, III e V, do artigo 137 da mesma lei.

7.10.1.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do artigo 137, observarão as seguintes disposições do § 3º do mesmo artigo.

7.10.2. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a extinção contratual.

7.10.3. A rescisão contratual será processada nos autos do processo, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa.

7.10.4. Havendo extinção contratual, ficam assegurados os direitos da Contratante previstos no artigo 139 da Lei de nº 14.133/2021, sem prejuízo de quaisquer outros direitos previstos na contratação e na legislação vigente.

## **8. DA VIGÊNCIA**

### **8.1. Da Ata de Registro de Preço**

8.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art.84, Lei 14.133/21).

### **8.2. Do contrato**

8.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preço terá vigência de 11 meses com início a partir de sua assinatura.

## **9. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste pregão por órgãos ou entidades não participantes do certame.

9.2. A vedação à adesão decorre do planejamento da contratação realizado por esta Administração, no

qual os quantitativos estimados foram definidos a partir de diagnóstico específico das necessidades institucionais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, consideradas a natureza dos materiais gráficos, suas especificações, tiragens estimadas e a demanda interna projetada para o período de vigência da ata.

9.3. A admissão de adesões por outros órgãos poderia comprometer a gestão do fornecimento e a plena execução do objeto em favor desta Administração, especialmente porque os itens licitados possuem finalidades institucionais distintas e quantitativos dimensionados para atendimento da demanda interna do órgão gerenciador.

## **10. REAJUSTE DE PREÇO**

10.1. Os preços estabelecidos no início do contrato serão fixos e não sofrerão reajuste durante o período de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação das propostas. Contudo, poderá haver reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em situações excepcionais, como casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou acontecimentos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, que tornem inviável a execução do contrato conforme originalmente acordado. Em qualquer circunstância, deverá ser respeitada a alocação objetiva de riscos prevista no contrato, conforme disposto no Art. 124, II, alínea "d" da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Após o interregno de um ano, e mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, conforme aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):  $R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:  
R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

10.3. O referido pedido deverá vir acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços que fundamente o reajuste, conforme for a variação de custos objeto do reajuste;

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado para que a empresa fornecedora possa desempenhar suas funções conforme o objeto do ANEXO I.

11.2. Permitir o acesso dos empregados da empresa fornecedora às dependências da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, para execução do objeto, quando solicitado.

11.3. Receber provisoriamente os materiais, disponibilizando local, data e horário, em conformidade com este termo de referência.

11.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais com as especificações (ANEXO I) constantes neste termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11.5. Notificar, por escrito, à empresa fornecedora dos materiais a ocorrência de eventuais imperfeições nos mesmos, dentro do prazo de garantia para a sua substituição.

11.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

11.7. Fiscalizar e acompanhar a execução de entrega dos materiais.

11.8. Atestar recebimento dos materiais referente à Nota Fiscal, bem como efetuar o pagamento destas condições e preços pactuados.

11.9. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.10. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Substituir e corrigir os materiais que apresentarem imperfeições ou quaisquer irregularidades que comprometam a utilização ou que estejam em desacordo com este Termo de Referência, detectado na vistoria, arcando com todas as despesas decorrentes para regularizar a situação.

12.2. Fornecer os materiais que se fizerem necessário para o perfeito cumprimento do objeto desta aquisição, buscando sempre materiais de 1º qualidade, podendo ser rejeitado quando não atender total ou parcial satisfatoriamente.

12.3. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto conforme especificado no ANEXO I, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela DPE-MA, cujas reclamações se obrigam a atender.

12.4. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, acompanhado da respectiva nota fiscal.

12.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente aquisição sempre que demandada.

12.6. Comunicar à DPE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da DPE-MA.

12.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a vigência da obrigação.

12.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a DPE-MA.

12.10. Responsabilizar-se:

12.10.1. Por quaisquer acidentes na entrega dos materiais, inclusive quando às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda por fatos que resultam em destruições ou danificações dos materiais, estendendo-se essa responsabilidade até o recebimento definitivo e a integral liquidação de indenização caso devida a terceiros.

12.10.2. Pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou

venham a incidir no cumprimento da obrigação.

12.10.3. Manter durante toda a relação jurídica, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

12.11. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber.

### **13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Para aplicação das sanções administrativas, serão considerados os critérios estabelecidos no artigo 155 e 156 da lei 14.133/21, de modo que será avaliada a infração cometida bem como a penalidade aplicável a cada caso, conforme Anexo II.

13.2. Para os casos em que a sanção administrativa for a de multa, será aplicado os percentuais estabelecidos no Anexo II deste TR. Quando aplicável ao responsável, será facultada a defesa deste, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

### **14. PAGAMENTO**

14.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

14.2. Para fins de liquidação, a Divisão de Material deverá verificar se a nota contém expressamente os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.2.1. O prazo de validade;

14.2.2. A data da emissão;

14.2.3. Os dados do contrato e do contratante;

14.2.4. O valor a pagar; e

14.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

14.4. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, bem como solicitação de pagamento e as seguintes certidões:

14.4.1. Certidão Regularidade do FGTS – CRF;

14.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipal;

14.4.3. Certidão Negativa de Débito Estadual;

14.4.4. Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual;

14.4.5. Certidão Negativa de débito, dívida ativa da União e Previdenciária;

14.4.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT;

14.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei

Complementar.

## **15. DA HABILITAÇÃO**

### **15.1. Habilitação Jurídica**

15.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

15.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório competente, conforme o caso;

15.1.3. Documento de eleição ou designação dos atuais administradores, quando aplicável;

15.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

### **15.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

15.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

15.2.3. Prova de regularidade relativa ao FGTS;

15.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

15.2.5. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **15.3. Qualificação Econômico-Financeira**

15.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

15.3.2. Será exigida a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observados os coeficientes e índices econômicos previstos no Edital e devidamente justificados nos autos do processo.

15.3.2.1. No caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, a documentação contábil referida no item anterior limitar-se-á ao último exercício social, nos termos do art. 69, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

15.3.3. Os documentos poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por meio eletrônico, conforme disciplinado no Edital.

## **16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por grupo.

## **17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

17.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.201.243,00.

17.2. Em observância os princípios legais, considerando o objeto desta aquisição, no que se refere a pesquisa de preço, a mesma foi realizada com base no Art. 23, § 1º, II e IV, lei 14.133/21.

17.3. A metodologia aplicada para obtenção do valor estimado da contratação se deu através da mediana dos preços obtidos.

17.4. Os itens 17 e 27 possuem características que não foram encontradas na base de dados do sistema de pesquisa de preço (Banco de Preços), dessa forma foram utilizados somente preços com base no Art. 23, § 1º, IV, lei 14.133/21.



17.5. Para a escolha dos fornecedores envolvidos na pesquisa de preço, foi usando como parâmetro, fornecedores cuja as atividades econômicas tinham vinculação com o objeto desta contratação. Além disso, foram selecionados os fornecedores que responderam dentro do período de pesquisa, por meio de e-mail. Ressalta-se que, conforme registrado nos autos do processo, foram encaminhadas diversas solicitações de cotação, embora nem todos os fornecedores consultados tenham apresentado retorno.

17.6. Registra-se que, para fins de pesquisa de preços, foram utilizados itens identificados por códigos CATMAT e descrições padronizadas compatíveis ou aproximadas ao objeto pretendido, em razão de o catálogo padronizado nem sempre contemplar integralmente todas as características técnicas, visuais, dimensionais, de acabamento e de personalização dos materiais gráficos constantes deste Termo de Referência. Assim, eventuais divergências entre a descrição sintética do CATMAT/Banco de Preços e a especificação detalhada deste TR não comprometem a validade da estimativa, desde que preservada a compatibilidade material, funcional e mercadológica entre o item pesquisado e o item a ser contratado.

## 18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. O programa de trabalho será definido posteriormente.

## 19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Quaisquer dúvidas acerca do presente termo, poderão ser esclarecidas pela Divisão de Material – DPE/MA, através do telefone (98) 2055-3066, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00hs; A DPE-MA, por intermédio da Divisão de Material, que repassará à CONTRATADA as informações necessárias quanto o fornecimento do material contratado.

São Luís - MA, 27 de abril de 2026.

**Lucivânia Santana Pereira**  
Chefe da Divisão de Material

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696  
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / [material@ma.def.br](mailto:material@ma.def.br) -

0350879v1



Documento assinado eletronicamente por **Lucivania Santana Pereira, Chefe de Divisão**, em 27/04/2026, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0360925** e o código CRC **052A45AF**.

DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO

ANEXO I

GRUPO 01							
ITEM	CATMAT	IMAGEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QNT	V.UNT	V.TOTAL
01	472280	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	<b>Folder Pequeno:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho aproximado: 29 cm x 21 cm;</li> <li>- Formato: aberto, com 3 (três) dobras;</li> <li>- Material: papel couchê com brilho, 150g;</li> <li>- Impressão em policromia, frente e verso;</li> <li>- Modelos variados a serem definidos;</li> <li>- Impressão mínima de 100unds;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	100.000	R\$ 1,25	R\$ 125.000,00
02	483813	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	<b>Folder Grande:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho: A3 (29 cm x 42 cm);</li> <li>- Formato: aberto, com 3 (três) dobras;</li> <li>- Material: papel couchê com brilho, 150g;</li> <li>- Impressão em policromia, frente e verso;</li> <li>- Modelos variados a serem definidos;</li> <li>- Impressão mínima de 50 unds;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	50.000	R\$ 1,36	R\$ 68.000,00
03	471404	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	<b>Panfleto:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho: 15 cm x 21 cm;</li> <li>- Material: papel couchê 90gr;</li> <li>- Impressão 4x4 cores, frente e verso;</li> <li>- Modelos variados a serem definidos;</li> <li>- Impressão mínima de 100unds;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	50.000	R\$ 0,50	R\$ 25.000,00
04	478291	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	<b>Cartilha:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quantidade de páginas: 10 – 20 págs;</li> <li>- Tamanho: A5 (14,8 cm x 21 cm);</li> <li>- Material da capa: papel couchê com brilho, 150g;</li> <li>- Material do miolo: papel offset 90g;</li> <li>- Impressão 4 x 0 cores;</li> <li>- Modelos variados a serem definidos;</li> </ul>	UND	10.000	R\$ 8,00	R\$ 80.000,00

**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhada de: editoração, encadernação, projeto gráfico, emissão de ficha catalográfica, revisão ortográfica e gramatical, diagramação de textos e imagens.</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total.</li> <li>- Impressão mínima de 100unds;</li> </ul>				
05	478265	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Cartilha:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quantidade de páginas: 20 – 40 págs;</li> <li>- Tamanho: A5 (14,8 cm x 21 cm);</li> <li>- Material da capa: papel couchê com brilho, 150g;</li> <li>- Material do miolo: papel offset 90g;</li> <li>- Impressão 4 x 0 cores;</li> <li>- Modelos variados a serem definidos;</li> <li>- Acompanhada de: editoração, encadernação, projeto gráfico, emissão de ficha catalográfica, revisão ortográfica e gramatical, diagramação de textos e imagens.</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total.</li> <li>- Impressão mínima de 100unds;</li> </ul>	UND	5.000	<b>R\$ 13,80</b>	<b>R\$ 69.000,00</b>
06	478291	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Cartilha:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quantidade de páginas: 40 – 60 págs;</li> <li>- Tamanho: A5 (14,8 cm x 21 cm);</li> <li>- Material da capa: papel couchê com brilho, 150g;</li> <li>- Material do miolo: papel offset 90g;</li> <li>- Impressão 4 x 0 cores;</li> <li>- Modelos variados a serem definidos;</li> <li>- - Acompanhada de: editoração, encadernação, projeto gráfico, emissão de ficha catalográfica, revisão ortográfica e gramatical, diagramação de textos e imagens.</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total.</li> <li>- Impressão mínima de 100unds;</li> </ul>	UND	5.000	<b>R\$ 15,60</b>	<b>R\$ 78.000,00</b>




**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

07	485415	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Blocos para Atendimento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho aproximado: 10 cm X 09 cm;</li> <li>- Folhas: 100 fls;</li> <li>- Material: miolo em papel 75gr, com impressão em policromia e acabamento colado;</li> <li>- Com as seguintes informações:</li> </ul> <p><b>- RETORNO DE ATENDIMENTO</b> <b>- INFORMAÇÃO PROCESSUAL E AGENDAMENTO /FORENSE</b> <b>- PROJETO VEM CONCILIA</b> <b>- ENCAMINHAMENTO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Modelos variados a serem definidos;</li> <li>- Impressão mínima de 100unds;</li> </ul>	UND	2.000	<b>R\$ 6,80</b>	<b>R\$ 13.600,00</b>
08	328965	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Blocos de Anotação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho aproximado: 15 cm x 21 cm;</li> <li>- Folhas: 50 fls;</li> <li>- Material: miolo em papel 75gr, com impressão em policromia e acabamento colado;</li> <li>- Com a logomarca da DPE no cabeçalho e endereço da DPE no Rodapé, ambos coloridos;</li> <li>- Impressão mínima de 100unds;</li> </ul>	UND	2.000	<b>R\$ 6,50</b>	<b>R\$ 13.000,00</b>
09	471307	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Pulseira de identificação para atendimento adesiva:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comprimento: 25 cm;</li> <li>- Largura: 2cm;</li> <li>- Material: sintético com brilho;</li> <li>- Tipo de fecho: adesivo;</li> <li>- Impressão colorida, colorida em 07 (sete) modelos diferentes;</li> <li>- Resistente a água;</li> <li>- Com as seguintes informações:</li> </ul> <p><b>- ATENDIMENTO – TERREO;</b> <b>- ATENDIMENTO - 1º ANDAR;</b> <b>- ATENDIMENTO - 2º ANDAR;</b> <b>- CORREGEDORIA;</b> <b>- DEFENSORIA GERAL;</b> <b>- ADMINISTRAÇÃO - 3º ANDAR;</b> <b>- VISITANTE;</b> <b>- O material deverá ser entregue em blocos de 100 cada modelo.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Impressão mínima de 100unds;</li> </ul>	UND	140.000	<b>R\$ 0,60</b>	<b>R\$ 84.000,00</b>

**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

10	608130		<b>Marcadores de livros</b> -Tamanho 21 x 5 cm; - Papel 300g; - Frente verso personalizado e colorido; - Acabamento em fosco;  - Impressão mínima de 100unds;	UND	500	<b>R\$ 2,00</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>
		<b>Imagem meramente ilustrativa</b>					
11	471430		<b>Ventarola de papel</b> - Tamanho: 20x27cm; - Material: papel couchê 300g/m²; - 4x4 cores, frente e verso; - Revestimento: Verniz total frente;	UND	500	<b>R\$ 4,00</b>	<b>R\$ 2.000,00</b>
		<b>Imagem meramente ilustrativa</b>					
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 558.600,00</b>	
<b>GRUPO 02</b>							
<b>ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>IMAGEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO MATERIAL</b>	<b>UND</b>	<b>QNT</b>	<b>V.UNT</b>	<b>V.TOTAL</b>
12	448796		<b>Pasta Personalizada com bolso para eventos:</b> - Pasta com bolso, colorida; - Tamanho aproximado: 30,5 cm x 22,5 cm (fechada); - Material: Papel couchê 300g com brilho; - Impressão: policromia 4x0, frente e verso personalizados; - Modelos variados a serem definidos;  - Impressão mínima de 100unds; - Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;	UND	5.000	<b>R\$ 3,50</b>	<b>R\$ 17.500,00</b>
		<b>Imagem meramente ilustrativa</b>					
13	608929		<b>Pasta porta certificado</b> - Material: capa dura em papelão 2,0mm, laminado em papel OFFSET 180G; - Revestido em adesivo impresso 4x0, interno na cor azul e externo na cor verde, com acabamento fino; - Tamanho aproximado: 24 x 33 cm (fechada), com detalhe interno para colocar e fixar certificado; - Personalizado com a logomarca da DPE; - Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova	UND	500	<b>R\$ 25,00</b>	<b>R\$ 12.500,00</b>
		<b>Imagem meramente ilustrativa</b>					

**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**



			impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;				
14	467315	<div></div> <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Pasta em PVC cristal Personalizada:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Tipo: Pasta em PVC, Zip Zap;</li><li>- Material: PVC cristal transparente ou colorida, com fechamento em zip zap transparente ou colorida;</li><li>- Tamanho aproximado: 37 x 27 cm;</li><li>- Personalizadas conforme demanda;</li><li>- Modelos variados a serem definidos;</li><li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total.</li></ul>	UND	500	<b>R\$ 6,50</b>	<b>R\$ 3.250,00</b>
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 33.250,00</b>	
<b>GRUPO 03</b>							
<b>ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>IMAGEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO MATERIAL</b>	<b>UND</b>	<b>QNT</b>	<b>V.UNIT</b>	<b>V.TOTAL</b>
15	424346	<div></div> <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Certificado com Moldura:</b></p> <p>Certificado:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Tamanho: 21 cm x 29 cm;</li><li>- Papel couchê com brilho 250g;</li><li>- Modelo a ser definido;</li></ul> <p><b>Moldura:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Moldura em madeira 2mm;</li><li>- Cor a definir (conforme cor da impressão do certificado);</li><li>- Fundo em Eucatex de 3 MM;</li><li>- Abertura do fundo com Flex Points;</li><li>- Vidro de 2MM incolor;</li><li>- Suporte estilo gravata e gancho para pendurar;</li><li>- Embalado em plástico bolha, isopor e caixa de papelão para que o produto chegue em perfeito estado;</li></ul>	UND	300	<b>R\$ 92,50</b>	<b>R\$ 27.750,00</b>
16	614895	<div></div> <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Moldura para certificado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Moldura em madeira;</li><li>- Espessura 2cm;</li><li>- Cor a definir (conforme cor da impressão do certificado);</li><li>- Fundo em Eucatex de 3MM;</li><li>- Abertura do fundo com Flex Points;</li><li>- Vidro de 2MM incolor;</li><li>- Suporte estilo gravata e gancho para pendurar;</li><li>- Embalado em plástico bolha, isopor e caixa de papelão para que o produto chegue em perfeito estado;</li></ul>	M²	100	<b>R\$ 132,50</b>	<b>R\$ 13.250,00</b>




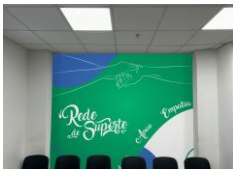


DEFENSORIA PÚBLICA  
do Estado do Maranhão

## DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO


17	441718	<div><p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p></div>	<p><b>Quadro com moldura tamanhos variados:</b></p> <p>Quadro tamanhos variados;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Imagens, gravuras e fotos conforme tamanhos e demandas a serem definidos;</li><li>- Papel couchê com brilho 150g a 250g;</li></ul> <p>Moldura em madeira:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Espessura da madeira: mínimo 2cm e máximo de 10 cm;</li><li>- Cores e modelos a serem definidos, conforme formato e modelo de quadro;</li><li>- Fundo em Eucatex 3mm;</li><li>- Paspatur, cores variadas, a ser definido se necessário;</li><li>- Vidro de 2mm incolor;</li><li>- Serrilha para fixação em parede, ou modelo gravata para mesa;</li><li>- Embalado em plástico bolha, isopor e caixa de papelão para que o produto chegue em perfeito estado.</li></ul>	M²	500	R\$ 250,00	R\$ 125.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 166.000,00	
GRUPO 04							
ITEM	CATMAT	IMAGEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QNT	V.UNIT	V.TOTAL
18	610592	<div><p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p></div>	<p><b>Plotagem para veículos com remoção de adesivo antigo e limpeza:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Material: Película vinílica autoadesiva, automotiva;</li><li>- Impressão em policromia, colorida;</li><li>- Com laminação protetora ou verniz UV;</li><li>- Recorte eletrônico: redondo, quadrado, corte especial e conforme necessidade;</li><li>- Aplicação nos veículos da Defensoria;</li><li>- Modelos a serem definidos;</li><li>- Visita técnica e medição: A contratada deverá comparecer previamente ao local para vistoria e levantamento de medidas, antes da confecção do material, fazer o dimensionamento do arquivo conforme a necessidade e compatibilidade com o local de instalação;</li><li>- Preparação da superfície: Antes da aplicação, a contratada deverá executar a preparação do local/superfície, incluindo limpeza, remoção de poeira, gordura e outras sujidades, e demais ajustes necessários para garantir perfeita aderência e acabamento;</li></ul>	M²	300	R\$ 160,00	R\$ 48.000,00

## DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO



			-Garantia mínima de 12 meses;				
19	610592	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Adesivo para cerâmica</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adesivo vinil de alta qualidade;</li> <li>- Acabamento: fosco, brilhante ou texturizado, conforme necessidade;</li> <li>- Com laminação protetora ou verniz de proteção;</li> <li>- Resistência: resistente à umidade, às intempéries e a produtos de limpeza;</li> <li>- Fixação: tecnologia de colagem que evita bolhas e facilita a remoção sem danificar a superfície;</li> <li>- Visita técnica e medição: A contratada deverá comparecer previamente ao local para vistoria e levantamento de medidas, fazer a adequação do material antes da confecção do mesmo, fazer o dimensionamento do arquivo conforme a necessidade.</li> <li>- Aplicação no local: a contratante deverá limpar a superfície onde será aplicado o adesivo. O adesivo deverá ser aplicado no local pela contratada, com mão de obra inclusa, garantindo alinhamento, acabamento uniforme, sem bolhas, dobras ou descolamentos.</li> <li>- Impressão: qualidade fotográfica, com tintas UV resistentes ao desgaste.</li> </ul>	M²	50	<b>R\$ 135,00</b>	<b>R\$ 6.750,00</b>
20	610592	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Adesivo Vinil para parede</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Material: Adesivo vinil de alta qualidade.</li> <li>- Acabamento: fosco, brilhante ou texturizado conforme necessidade;</li> <li>- Com laminação protetora ou verniz de proteção;</li> <li>- Visita técnica e medição: A contratada deverá comparecer previamente ao local para vistoria e levantamento de medidas, a fim de garantir a adequação do material antes da confecção, fazer o dimensionamento do arquivo conforme a necessidade.</li> <li>- Preparação da parede: Antes da aplicação, a contratada deverá realizar a preparação da superfície, incluindo limpeza, remoção de poeira/resíduos e se necessária aplicação de regularização pontual para assegurar</li> </ul>	M²	150	<b>R\$ 145,00</b>	<b>R\$ 21.750,00</b>



**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

			<p>perfeita aderência (em conformidade com o tipo de parede existente).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Resistência: alta aderência em superfícies lisas, pintadas e a variações de temperatura;</li> <li>- Impressão: resolução mínima de 1440 dpi resistente ao desbotamento;</li> <li>- Aplicação no local: O adesivo deverá ser aplicado no local pela contratada, com mão de obra inclusa, garantindo alinhamento, acabamento uniforme, sem bolhas, dobras ou descolamentos.</li> </ul>				
21	610331	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Adesivo perfurado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Material: Filme perfurado de PVC com adesivo acrílico permanente;</li> <li>- Perfuração: 50% de área vazada para visibilidade interna;</li> <li>- Impressão: Resolução mínima de 1440 dpi, utilizando tecnologia eco solvente;</li> <li>- Visita técnica e medição: A contratada deverá comparecer previamente ao local para vistoria e levantamento de medidas, antes da confecção do material, fazer o dimensionamento do arquivo conforme a necessidade e compatibilidade com o local de instalação;</li> <li>- Remoção (quando houver): A contratada deverá realizar a remoção do adesivo/material existente, incluindo retirada de resíduos de cola e limpeza da superfície, de modo a deixá-la apta para nova aplicação, sem danos ao substrato;</li> <li>- Preparação da superfície: Antes da aplicação, a contratada deverá executar a preparação do local/superfície, incluindo limpeza, remoção de poeira, gordura e outras sujidades, e demais ajustes necessários para garantir perfeita aderência e acabamento;</li> <li>- Aplicação no local: O adesivo deverá ser aplicado no local pela contratada, com mão de obra inclusa, garantindo alinhamento, acabamento uniforme, sem bolhas, dobras ou descolamentos;</li> </ul>	M²	50	<b>R\$ 130,00</b>	<b>R\$ 6.500,00</b>





**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

22	610592	<div></div> <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Adesivo de vinil Personalizado com corte especial</b></p> <p>Adesivo vinil de alta qualidade; Acabamento: brilhante, fosco ou transparente conforme necessidade; Recorte eletrônico (ou conforme necessidade);</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Visita técnica e medição: A contratada deverá comparecer previamente ao local para vistoria e levantamento de medidas, antes da confecção do material, fazer o dimensionamento do arquivo conforme a necessidade e compatibilidade com o local de instalação;</li><li>- Preparação da superfície: Antes da aplicação, a contratada deverá executar a preparação do local/superfície, incluindo limpeza, remoção de poeira, gordura e outras sujidades, e demais ajustes necessários para garantir perfeita aderência e acabamento;</li><li>- Aplicação no local: O adesivo deverá ser aplicado no local pela contratada, com mão de obra inclusa, garantindo alinhamento, acabamento uniforme, sem bolhas, dobras ou descolamentos;</li></ul>	M²	500	R\$ 121,00	R\$ 60.500,00
VALOR TOTAL						R\$ 143.500,00	
GRUPO 05							
ITEM	CATMAT	IMAGEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QNT	V.UNT	V.TOTAL
23	390473	<div></div> <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Banner:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Tamanho aproximado: 0,80 cm x 1,20 m;</li><li>- Impressão em policromia, colorida;</li><li>- Cores variadas;</li><li>- Acompanhado por bastão de madeira e estirante;</li><li>- Com suporte para banner;</li><li>- Modelos variados a serem definidos;</li></ul>	UND	200	R\$ 79,00	R\$ 15.800,00

**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

24	390473	 <b>Imagem meramente ilustrativa</b>	<b>Wind Banner personalizado</b> - Impressão: dupla face; - Cor: 4x0 - Tamanho mínimo 2,5m e máximo de 3m; - Hastes de alumínio; - Tecido: 100% poliéster (Oxford ou Microfibra); - Base em plástico para coloca areia ou água, no mínimo 6kg; - Acompanhada de estrutura completa para montagem, base para piso de alta estabilidade e sistema de fixação que proporciona movimentação suave ao vento.	UND	200	<b>R\$ 310,00</b>	<b>R\$ 62.000,00</b>
25	626870	 <b>Imagem meramente ilustrativa</b>	<b>Bandeira Wind Banner personalizado</b> - Impressão: dupla face e cores vibrantes; - Tamanho mínimo 2,5m e máximo de 3m; - Tecido: 100% poliéster (Oxford ou Microfibra); - Cor: 4x0 - Possui reforço na ponta para evitar que rasgue. - Modelo a ser definido;	UND	200	<b>R\$ 161,12</b>	<b>R\$ 32.224,00</b>
26	607589	 <b>Imagem meramente ilustrativa</b>	<b>Lona personalizada:</b> - Tamanho mínimo 3 x 2m e máximo 6 x 4m; - Lona em 380g; - Impressão: em policromia; - Cor: 4x0; - Revestimento: brilho; - Personalização variadas; - Com ilhós ou velcro; - Modelos variados a serem definidos;	M²	100	<b>R\$ 90,00</b>	<b>R\$ 9.000,00</b>
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 119.024,000</b>
<b>GRUPO 06</b>							
<b>ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>IMAGEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO MATERIAL</b>	<b>UND</b>	<b>QNT</b>	<b>V.UNT</b>	<b>V.TOTAL</b>
27	473391	 <b>Imagem meramente ilustrativa</b>	<b>Placa de Homenagem Sustentável:</b> - Produzida com cartões reciclados; - Formato de mosaico; - Tamanho aproximado 170x170 mm; - Impressão 4x0 cores; - Cantos arredondados; - Dobra para apoio de bancada. - Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da	UND	100	<b>R\$ 24,00</b>	<b>R\$ 2.400,00</b>

**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**


			contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;				
28	605435	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Placa de Inauguração – Salas verdes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Material: PVC expandido de 3 mm;</li> <li>- Medindo: 30 cm x 40cm;</li> <li>- Impressão colorida;</li> <li>- Acompanhada de fita dupla face para fixação;</li> </ul>	UND	50	R\$ 35,26	R\$ 1.763,00
29	607082	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Placa de premiação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Material: placa em acrílico, recorte a laser;</li> <li>- <b>Medidas da placa:</b> mínimo de 17cmx 9cm e máximo de 21cm x 15cm, com espessura do acrílico de 3mm;</li> <li>- <b>Medida da base:</b> mínimo de 11cm x 7cm e máximo de 18 cm x 10 cm, com espessura de acrílico de 8mm;</li> <li>- Impressão; colorida de alta qualidade, com acabamento fino;</li> <li>- Embalado em plástico bolha, isopor e caixa de papelão para que o produto chegue em perfeito estado;</li> <li>- Modelos variados a serem definidos;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	500	R\$ 76,50	R\$ 38.250,00
30	371754	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Placa Acrílica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo: placa acrílica para sinalização de guichês;</li> <li>- Tamanho: 15 cm x 20,5 cm (larg. X alt.);</li> <li>- Espessura: 2mm;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	200	R\$ 28,38	R\$ 5.676,00
31	293938	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>SUPORTE EM ACRÍLICO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo: vertical em L;</li> <li>- Tamanho aproximado: 21 x 30 cm (folha A4);</li> <li>- Material: em acrílico transparente;</li> <li>- Para informativos e panfletos em papel tamanho A4;</li> </ul>	UND	50	R\$ 34,50	R\$ 1.725,00

**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

		<div>Imagem meramente ilustrativa</div>					
32	471772	<div>  <div>Imagem meramente ilustrativa</div> </div>	<b>SUPORTE EM ACRÍLICO:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo: de parede;</li> <li>- Tamanho aproximado: 21 cm x 30 cm (folha A4);</li> <li>- Material: em acrílico transparente;</li> <li>- Para informativos e panfletos em papel tamanho A4;</li> <li>- Acompanhada de fita dupla face para fixação.</li> </ul>	UND	50	R\$ 34,50	R\$ 1.725,00
33	601700	<div>  <div>Imagem meramente ilustrativa</div> </div>	<b>Buttons:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Material: metal nobre (latão), em baixo relevo na cor dourado, esmaltado e estampado nas cores a serem definidos pela Gestão Superior;</li> <li>- Acabamento fino;</li> <li>- Medidas: 2 cm x 2 cm;</li> <li>- Com fecho tipo borboleta americano na cor dourado;</li> <li>- Modelos variados a serem definidos;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	2.000	R\$ 19,24	R\$ 38.480,00
34	606224	<div>  <div>Imagem meramente ilustrativa</div> </div>	<b>Medalhas personalizadas fundida com estojo</b> <p><b>Medalha:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Material da medalha: metal nobre (latão fundido);</li> <li>- Banho nas cores: ouro, ouro envelhecido ou prata;</li> <li>- Modelos e tamanhos variados;</li> <li>- Confeccionado em alto relevo, baixo relevo ou liso;;</li> </ul> <p><b>Passador de fita:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Passador de fita confeccionado em metal nobre (latão fundido), com espaço para fita até de 45 mm de largura, com alça adequada para unir e medalhão a fita;</li> <li>- Banho nas cores: ouro, ouro envelhecidos ou prata;</li> </ul>	UND	300	R\$ 148,00	R\$ 44.400,00




**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

			<p>- Confeccionado em alto relevo, baixo relevo ou liso;</p> <p><b>Fita:</b></p> <p>- Fita para pescoço, confeccionado em gorgurão ou em cetim (modelo a definir), comprimento necessário para passar à cabeça e apoiar-se ao pescoço dos agraciados;</p> <p>- Largura: mínimo de 10mm e máximo de 45mm;</p> <p>- Modelos personalizados, conforme demanda;</p> <p><b>Estojo</b></p> <p>- Estojo de percaline preto com fundo falso, abaixo do berço para acondicionar a fita e baixo relevo no formato das demais peças, formando um berço.</p> <p>- Em fino acabamento;</p> <p>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</p>				
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 134.419,00</b>	

<b>GRUPO 07</b>							
<b>ITEM</b>	<b>CATMAT</b>	<b>IMAGEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO MATERIAL</b>	<b>UND</b>	<b>QNT</b>	<b>V.UNIT</b>	<b>V.TOTAL</b>
35	474498	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Sacola de papel</b></p> <p>- Medidas aproximadas da sacola: tam. Pequeno 17,5cm largura X 8,5cm profundidade X 21,5cm altura;</p> <p>- Material: papel kraft 110g;</p> <p>- Cor: marrom;</p> <p>- Personalizadas conforme demanda;</p> <p>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</p>	UND	200	<b>R\$ 4,50</b>	<b>R\$ 900,00</b>



**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**


36	446044	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Sacola de papel</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Medidas aproximadas da sacola: tam. médio 23,5cm largura X 10cm profundidade X 31,5cm altura;</li> <li>- Material: papel kraft 110g;</li> <li>- Cor: marrom;</li> <li>- Personalizadas conforme demanda;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	350	<b>R\$ 5,00</b>	<b>R\$ 1.750,00</b>
37	486654	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Sacola de papel</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Medidas aproximadas da sacola: tam. grande: 32cm largura X 20cm profundidade X 38cm altura;</li> <li>- Material: papel kraft 110g;</li> <li>- Cor: marrom;</li> <li>- Personalizadas conforme demanda;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	150	<b>R\$ 8,00</b>	<b>R\$ 1.200,00</b>
38	480102	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Sacolas Ecobag personalizadas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sacolas 100% em algodão cru ecológica;</li> <li>- Medidas aproximado da sacola: 40 cm de altura x 37 de largura;</li> <li>- Com alça de aproximadamente 60 cm e 20 mm de largura;</li> <li>- Modelos variados;</li> <li>- Personalizadas conforme demanda;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	500	<b>R\$ 13,90</b>	<b>R\$ 6.950,00</b>

**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

39	427058	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Caneta ecológica personalizada:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo: caneta esferográfica;</li> <li>- Material: material ecológico;</li> <li>- Tamanho aproximado: 14 cm x 1,5 cm;</li> <li>- Clip e ponteira em plástico;</li> <li>- Com relevo na ponteira;</li> <li>- Abertura: acionada por clique;</li> <li>- Tinta na cor azul;</li> <li>- Ponta com esfera em aço;</li> <li>- Personalização e cores a serem definidos;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	5.000	<b>R\$ 2,85</b>	<b>R\$ 14.250,00</b>
40	357042	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Crachás funcionais personalizados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PVC branco leitoso, alta flexibilidade, em policromia: Formato: 86,00mm x 54mm x 0,76mm ISO (larg.x alt.x espessura);</li> <li>- Impressão Gráfica: Offset, 4 x 1 (anverso/verso)</li> <li>- Sistema de termo impressão, foto e dados digitalizados, gravação interna para proporcionar maior segurança contra abrasão, raspagem ou apagamentos com uso de solventes;</li> <li>- Proteção overlay, resistente a umidade e manuseio, durabilidade e segurança dos dados;</li> <li>- Orientação retrato;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	1000	<b>R\$ 13,00</b>	<b>R\$ 13.000,00</b>
41	617574	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Cordão para crachá</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Serigrafia em alto relevo;</li> <li>- Com tinta plástica;</li> <li>- Personalizado em tecido poliéster microfibra trançado;</li> <li>- Na cor verde;</li> <li>- Antialérgico;</li> <li>- Tamanho 60 x 1 cm personalizado (frente e verso) com o nome da “Defensoria Pública do Estado do Maranhão”, com jacaré;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	1000	<b>R\$ 4,45</b>	<b>R\$ 4.450,00</b>



**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

42	385346	 <p><b>Imagem meramente ilustrativa</b></p>	<p><b>Porta Crachá</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Material rígido indicado para proteger crachá contra riscos, umidade ou quebra;</li> <li>- Material transparente;</li> <li>- Amostra para aprovação: A contratada deverá encaminhar amostra (física ou prova impressa) para aprovação prévia da contratante antes do início da produção/execução do quantitativo total;</li> </ul>	UND	1000	<b>R\$ 2,80</b>	<b>R\$ 2.800,00</b>
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 45.300,00</b>
<b>VALOR TOTAL GERAL</b>							<b>R\$ 1.200.093,00</b>

**DIVISÃO DE MATERIAL PATRIMÔNIO**

**ANEXO II**

<b>TABELA DE IRREGULARIDADES</b>			
<b>ITEM</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>MEDIDA CORRETIVA</b>	<b>BASE LEGAL</b>
01	I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;	Advertência e/ou multa.	Lei nº 14.133/21
02	II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Impedimento de licitar e contratar no prazo de 1 (um) ano e multa.	Lei nº 14.133/21
03	III - Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar no prazo de 2 (dois) anos e multa.	Lei nº 14.133/21
04	IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Impedimento de licitar e contratar no prazo de 1 (um) ano.	Lei nº 14.133/21
05	V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Impedimento de licitar e contratar no prazo de 1 (um) ano.	Lei nº 14.133/21
06	VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Impedimento de licitar e contratar no prazo de 1 (um) ano.	Lei nº 14.133/21
07	VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Impedimento de licitar e contratar no prazo de 1 (um) ano e multa.	Lei nº 14.133/21
08	VII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 3 (três) anos.	Lei nº 14.133/21
09	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 3 (três) anos.	Lei nº 14.133/21
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 3 (três) anos.	Lei nº 14.133/21
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 3 (três) anos.	Lei nº 14.133/21
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 3 (três) anos.	Lei nº 14.133/21

## DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

TABELA SEQUENCIAL DE AÇÕES/SANÇÕES			
ITEM	AÇÃO	OCORRÊNCIA	MEDIDA CORRETIVA
01	I	1º	Emissão de Termo de advertência
02	I	2º	Emissão de Termo de advertência ou multa 5% sobre o valor da fatura em desconformidade.
03	I	3º	Multa 10% sobre o valor da fatura em desconformidade.
04	I	4º em diante.	Multa 20% sobre o valor da fatura em desconformidade.
05	II	1º	Impedimento de licitar e contratar no prazo de 1 (um) ano em multa de 25% sobre o valor da fatura em desconformidade.
06	III	1º	Impedimento de licitar e contratar no prazo de 2 (dois) anos em multa 30% sobre o valor do contrato.
07	VII	1º	Impedimento de licitar e contratar no prazo de 2 (dois) anos em multa 30% sobre o valor do contrato.



DEFENSORIA PÚBLICA  
do Estado do Maranhão

## MINUTA DE CONTRATO

**Contrato nº XXX**

**Processo nº 0001760.110000938.0.2026**

**Pregão Eletrônico SRP nº XXX– DPE/MA**

**ARP nº XXX– DPE/MA**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE  
ENTRE SI CELEBRAM, DE UM  
LADO A **DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO MARANHÃO** E,  
DE OUTRO LADO, A EMPRESA  
.....

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.295/0001-42, com sede na Avenida Júnior Coimbra, S/N, Jardim Renascença II, São Luís/MA, daqui em diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Defensor Público - Geral do Estado, **Dr. GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES**, brasileiro, defensor público, matrícula nº 1998152 DPE/MA, CPF nº XXX.119.XXX-XX, com residência e domicílio nesta Cidade e, do outro lado, a Empresa ....., CNPJ nº ....., sediada na ....., neste ato representada pelo titular ....., residente e domiciliado ....., doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, cuja lavratura foi regularmente autorizado em despacho do Defensor Público Geral do Estado, conforme consta no Processo nº 0001760.110000938.0.2026/DPE-MA, da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº ....., submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, à Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas pertinentes e à Proposta adjudicada, mediante às Cláusulas e condições seguintes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais gráficos, conforme especificações, quantitativos, padrões de qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência, destinados ao

atendimento das demandas institucionais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1. O presente Contrato vincula-se ao Pregão Eletrônico SRP nº ..... DPE/MA, à ARP nº ....., ao Termo de Referência e à proposta apresentada pela contratada, que independente de transcrição é parte integrante deste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUANTIDADE E DAS ESPECIFICAÇÕES DO MATERIAL**

3.1. . As especificações dos materiais estão descritas no Anexo I do Termo de Referência, devendo ser adquiridos conforme a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
VALOR TOTAL					R\$

## **CLÁUSULA QUARTA- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Subcontratação**

4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

### **4.2. Garantia da contratação**

4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA QUINTA- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Da Entrega, recebimento e aceitabilidade**

5.1.1. O prazo de entrega dos materiais é de 15 (quinze) dias corridos, contados do envio da Ordem de Fornecimento, a ser assinada pelo Ordenador de Despesas da Contratante, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais, que será enviada para o e-mail do fornecedor.

5.1.2. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.4. A Contratada deverá realizar a entrega dos materiais, em perfeitas condições sem avarias, no local determinado, em dias de expediente normal realizando prévio agendamento, no seguinte endereço: Av Junior

Coimbra, s/n – Bairro: Jardim Renascença II, CEP: 65075-696 - São Luís/MA, de Segunda à Sexta-feira, das 08:30h às 11:00h e das 14:00 às 16:00h.

5.1.5. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, será de inteira responsabilidade do Contratado.

5.1.6. A Contratada deverá entregar os materiais conforme as necessidades e solicitações, sempre a observar as especificações, marcas e preços do que fora proposto e contratado.

5.1.7. Quando o item demandar personalização, a Contratante encaminhará à Contratada o conteúdo, layout, identidade visual, arte-base ou orientações necessárias à produção.

5.1.7.1. A Contratada deverá apresentar, previamente à produção definitiva, prova digital e/ou arte final para análise e aprovação da Contratante, no prazo máximo de 4 ( quatro) dias úteis, contado do recebimento das informações necessárias.

5.1.7.2. A produção definitiva somente poderá ser iniciada após a aprovação formal da arte final pela Contratante.

5.1.7.3. Nos itens que dependerem de aprovação prévia da arte final, o prazo de entrega previsto neste Termo de Referência será contado a partir da aprovação formal pela Contratante.

5.1.7.4. Eventuais erros de impressão, acabamento, diagramação, gramatura, dimensão, coloração ou desconformidade com a arte aprovada deverão ser corrigidos ou o material substituído, sem ônus para a Contratante.

5.1.8. Em caso de transporte por empresa terceirizada, o mesmo não exclui a contratada das responsabilidades civil nem ético profissional referente a toda e qualquer inconformidade que venha a ser identificada no decorrer da entrega do objeto contratado.

5.1.9. A simples entrega dos materiais não implica na aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade.

5.1.9.1. Provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo responsável por acompanhar e fiscalizar o contrato, a fim de verificar o material de acordo com as especificações e quantidades solicitadas.

5.1.9.2. Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após vistoria que comprove a adequação das especificações e a qualidade do material.

5.1.10. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações (ANEXO I) constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.1.11. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.14. O recebimento provisório e definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

5.1.15. Caso as especificações não estejam conforme as exigências, a Contratada deverá substituir ou complementar os materiais em questão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

5.1.16. O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue, ficando a Contratada obrigada a substituir, sem ônus para a Contratante, no total ou em parte, os materiais contidos no presente Termo de Referência, mesmo após o recebimento definitivo sempre que se verificar vícios, que não esteja segundo os padrões de qualidade exigidos na sua especificação ou, ainda, quando não condizer com o ofertado na proposta.

## 5.2. Garantia dos materiais

5.2.1. O prazo de garantia mínimo dos materiais é de 30 (trinta) dias a partir do recebimento definitivo.

5.2.2. Os materiais que apresentarem vício no período de vigência da garantia deverão ser substituídos.

5.2.3. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos que apresentarem vício no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do mesmo das dependências da DPE pelo Contratado.

5.2.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.5. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.2.6. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## CLÁUSULA SEXTA- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a DPE e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A DPE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a DPE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. O contrato será acompanhado e fiscalizado pelo Sr ALISON DO AMARANTE BASTOS, representante da DPE, daqui por diante denominada simplesmente FISCAL, conforme Ato Nº 007-DPGE de 18 de janeiro de 2024.

6.7. O gestor do contrato a Sr<sup>a</sup> LUCIVÂNIA SANTANA PEREIRA LIMA emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, conforme Ato Nº 007-DPGE de 18 de janeiro de 2024.

6.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158 da Lei nº 14.133/21, pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

#### 6.10. Extinção contratual

6.10.1. A extinção contratual poderá ser:

6.10.1.1. Por ato unilateral da Contratante, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 137, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, da Lei de nº 14.133/2021.

6.10.1.2. A requerimento da Contratada, caso ocorra alguma hipótese prevista no § 2º, I, II, III e V, do artigo 137 da mesma lei.

6.10.1.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do artigo 137, observarão as seguintes disposições do § 3º do mesmo artigo.

6.10.2. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a extinção contratual.

6.10.3. A rescisão contratual será processada nos autos do processo, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa.

6.10.4. Havendo extinção contratual, ficam assegurados os direitos da Contratante previstos no artigo 139 da Lei de nº 14.133/2021, sem prejuízo de quaisquer outros direitos previstos na contratação e na legislação vigente.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR**

7.1. O valor global do presente contrato é de R\$ ... (... reais).



## **CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este contrato correrão a cargo da Atividade UG: 080101, Programa de Trabalho nº ....., Elemento de Despesa: ..... e FR: .....

## **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

9.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início a partir de sua assinatura

## **CLÁUSULA DÉCIMA- REAJUSTE DE PREÇO**

10.1. Os preços estabelecidos no início do contrato serão fixos e não sofrerão reajuste durante o período de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação das propostas. Contudo, poderá haver reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em situações excepcionais, como casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou acontecimentos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, que tornem inviável a execução do contrato conforme originalmente acordado. Em qualquer circunstância, deverá ser respeitada a alocação objetiva de riscos prevista no contrato, conforme disposto no Art. 124, II, alínea "d" da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Após o interregno de um ano, e mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, conforme aplicação, pela Contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):  $R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

10.3. O referido pedido deverá vir acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços que fundamente o reajuste, conforme for a variação de custos objeto do reajuste;

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser

solicitado para que a empresa fornecedora possa desempenhar suas funções conforme o objeto do ANEXO I.

11.2. Permitir o acesso dos empregados da empresa fornecedora às dependências da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, para execução do objeto, quando solicitado.

11.3. Receber provisoriamente os materiais, disponibilizando local, data e horário, em conformidade com este termo de referência.

11.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais com as especificações (ANEXO I) constantes neste termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11.5. Notificar, por escrito, à empresa fornecedora dos materiais a ocorrência de eventuais imperfeições nos mesmos, dentro do prazo de garantia para a sua substituição.

11.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

11.7. Fiscalizar e acompanhar a execução de entrega dos materiais.

11.8. Atestar recebimento dos materiais referente à Nota Fiscal, bem como efetuar o pagamento desta nas condições e preços pactuados.

11.9. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.10. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Substituir e corrigir os materiais que apresentarem imperfeições ou quaisquer irregularidades que comprometam a utilização ou que estejam em desacordo com este Termo de Referência, detectado na vistoria, arcando com todas as despesas decorrentes para regularizar a situação.

12.2. Fornecer os materiais que se fizerem necessário para o perfeito cumprimento do objeto desta aquisição, buscando sempre materiais de 1º qualidade, podendo ser rejeitado quando não atender total ou parcial satisfatoriamente.

12.3. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto conforme especificado no ANEXO I, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela DPE-MA, cujas reclamações se obrigam a atender.

12.4. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, acompanhado da respectiva nota fiscal.

12.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente aquisição sempre que demandada.

12.6. Comunicar à DPE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da DPE-

MA.

12.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a vigência da obrigação.

12.9. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a DPE-MA.

12.10. Responsabilizar-se:

12.10.1. Por quaisquer acidentes na entrega dos materiais, inclusive quando às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda por fatos que resultam em destruições ou danificações dos materiais, estendendo-se essa responsabilidade até o recebimento definitivo e a integral liquidação de indenização caso devida a terceiros.

12.10.2. Pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação.

12.10.3. Manter durante toda a relação jurídica, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

12.11. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, quando couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Para aplicação das sanções administrativas, serão considerados os critérios estabelecidos no artigo 155 e 156 da lei 14.133/21, de modo que será avaliada a infração cometida bem como a penalidade aplicável a cada caso, conforme Anexo II.

13.2. Para os casos em que a sanção administrativa for a de multa, será aplicado os percentuais estabelecidos no Anexo II do TR. Quando aplicável ao responsável, será facultada a defesa deste, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- PAGAMENTO**

14.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

14.2. Para fins de liquidação, a Divisão de Material deverá verificar se a nota contém expressamente os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.2.1. O prazo de validade;

14.2.2. A data da emissão;

14.2.3. Os dados do contrato e do contratante;

14.2.4. O valor a pagar; e

14.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

14.4. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, bem como solicitação de pagamento e as seguintes certidões:

14.4.1. Certidão Regularidade do FGTS – CRF;

14.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipal;

14.4.3. Certidão Negativa de Débito Estadual;

14.4.4. Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual;

14.4.5. Certidão Negativa de débito, dívida ativa da União e Previdenciária;

14.4.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT;

14.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

15.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante dispõe o Artigo 125 da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

16.1. As hipóteses de rescisão do contrato estão previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

16.2. A extinção contratual poderá ser:

16.2.1. Por ato unilateral da Contratante, caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 137, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, da Lei de nº 14.133/2021.

16.2.2. A requerimento da Contratada, caso ocorra alguma hipótese prevista no § 2º, I, II, III e V, do artigo 137 da mesma lei.

16.2.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do artigo 137, observarão as seguintes disposições do § 3º do mesmo artigo.

16.3. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a extinção contratual.

16.4. A rescisão contratual será processada nos autos do processo, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa.

16.5. Havendo extinção contratual, ficam assegurados os direitos da Contratante previstos no artigo 139 da Lei de nº 14.133/2021, sem prejuízo de quaisquer outros direitos previstos na contratação e na legislação vigente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

17.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD”), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

17.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da Defensoria Pública do Estado do Maranhão ou dos clientes deste para a Contratada.

17.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

17.1.4. A Defensoria Pública do Estado do Maranhão não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

17.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a terceiros.

17.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

17.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

17.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato

segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão, conforme a política de privacidade e proteção de dados pessoais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão; bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Defensoria Pública do Estado do Maranhão e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

17.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais e às instruções lícitas da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

17.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

17.1.11. A Contratada deverá notificar a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.

17.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Defensoria Pública do Estado do Maranhão, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

17.1.13. A Contratada deverá notificar a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

- a) data e hora provável do incidente;
- b) data e hora da ciência pela contratada;
- c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;
- e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;
- f) os riscos relacionados ao incidente;
- g) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;
- h) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

17.1.14. A Defensoria Pública do Estado do Maranhão terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e

fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

17.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Defensoria Pública do Estado do Maranhão por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato e das orientações do Defensoria Pública do Estado do Maranhão, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

17.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão para execução dos serviços:

a) adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão para execução do objeto do Contrato;

b) realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;

c) efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;

d) manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

e) seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pelo Defensoria Pública do Estado do Maranhão por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro da Comarca desta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e data, sem rasuras, perante 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem para maior validade jurídica.

São Luís (MA), ... de .... de .....

# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

Avenida Júnior Coimbra, S/N, - Bairro Renascença II, São Luís-MA (Próximo à Escola Reino Infantil) - CEP 65075-696  
CNPJ:00.820.295/0001-42 / - <https://defensoria.ma.def.br> / [assessoriajuridica@ma.def.br](mailto:assessoriajuridica@ma.def.br) -

0366224v1




Documento assinado eletronicamente por **Lívia Guanaré Barbosa Borges, Ass. de Orientação Jurídica**, em 08/05/2026, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto n.º 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no link [Validar Documento](#) informando o código verificador **0366224** e o código CRC **43C295E9**.



 <b>DEFENSORIA PÚBLICA</b> do Estado do Maranhão	<b>MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS</b> <b>AQUISIÇÃO</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	RISCOS	AÇÕES PARA ELIMINAR O RISCO	RESPONSÁVEL	INDICADOR DE DESEMPENHO	PERIODICIDADE
<b>RISCOS INTERNOS</b>	Documento de Formalização de Demanda - DFD Elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP Elaboração do Termo de Referência - TR	Estudo Técnico Preliminar deficitário Falha na elaboração do Termo de Referência	Elaborar procedimento interno de todas as especificações do objeto a ser licitado.	SETOR SOLICITANTE	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Enquadramento no Plano de Contratação Anual - PCA	Não constar no Plano de Contratação Anual - PCA	Consulta prévia do enquadramento da despesa	ASPLAN	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Publicação/Divulgação do Edital	Falta de publicação dos atos necessários à validade do processo Licitatório (PNCP, DOE e SINC - Contratada)	Estabelecer um cronograma claro para publicação dos atos necessários, garantindo conformidade com os prazos legais	CPC	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Validação do Contrato	Recusa de assinatura e/ou da apresentação das garantias contratuais	Garantir que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessária à execução do objeto	ASPLAN / 2º SUB	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Publicação do Contrato	Falta de publicação do ato administrativo em tempo hábil no PNCP, SITE DA DPE, SINC - CONTRATA E DOE.	Verificação de publicação dentro do prazo legal	ASSEJUR / ASPLAN	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
	Gestor e Fiscal do Contrato	Designação de servidores sem conhecimento técnico do objeto	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato e proporcionar capacitação de gestores e fiscais.	SETOR SOLICITANTE e DEFENSORIA GERAL	Percentual de Processos aprovados maior ou igual a 100%	03 meses
<b>RISCOS EXTERNOS</b>	Orçamento LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA	Alteração nos Artigos inerentes à DPE/MA da Lei de Diretrizes Orçamentária que impactem no repasse de recursos	Garantir a alocação de recursos adequados para cobrir os custos e despesas contratuais.	DEFENSORIA GERAL / 2º SUB / SUFIN		
	Orçamento PLOA - PLANO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	Alteração nos Artigos inerentes à DPE/MA do Plano de Lei Orçamentária Anual que impactem no repasse de recursos	Garantir a alocação de recursos adequados para cobrir os custos e despesas contratuais.	DEFENSORIA GERAL / 2º SUB / SUFIN		
	Atraso na entrega dos Materiais	Possíveis atrasos na entrega dos materiais podem resultar em impactos negativos nas operações	Estabelecer prazos com os fornecedores Incluir cláusulas contratuais que estabeleçam penalidades financeiras em caso de atraso na entrega dos materiais, incentivando o cumprimento dos prazos estabelecidos.	GESTOR / FISCAL		
	Qualidade dos Materiais	Recebimento dos materiais de qualidade inferior, ocasionando insatisfação, retrabalho e custos adicionais para substituição ou reparo.	Realizar inspeções de qualidade antes da aceitação dos materiais. Estabelecer padrões claros de qualidade e comunicá-los aos fornecedores. Implantar cláusulas contratuais que definam a responsabilidades em caso de produtos inferiores	GESTOR / FISCAL		
	Garantia mínima dos Materiais	Defeitos de fabricação e não conformidade com as especificações técnicas	Exigir que o fornecedor forneça materiais de qualidade comprovada, provenientes de fabricantes renomados e com certificações de conformidade. Realizar inspeção prévia dos materiais recebidos antes da aceitação definitiva, verificando sua conformidade com as especificações técnicas e a qualidade esperada.	GESTOR / FISCAL		

Processo n.º : 0001760.110000938.0.2026

**Objeto:** Aquisição de material gráfico

INDICADOR 01	
ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
Finalidade	Garantir que os materiais gráficos adquiridos estejam em conformidade com as especificações técnicas definidas no contrato, incluindo qualidade do material, impressões e acabamento.
Metas a Cumprir	Garantir que 100% dos materiais entregues atendam às especificações definidas
	Reduzir para menos de 5% o percentual de materiais rejeitados por não conformidade
Forma de Medição	Inspeção amostral dos lotes recebidos e avaliação técnica dos materiais
Periodicidade da verificação	A cada entrega realizada
Início de Vigência	A partir da primeira entrega dos materiais
Sanções Contratuais	Aplicação de multa proporcional ao percentual de materiais não conformes ou obrigatoriedade de substituição sem custos adicionais

INDICADOR 02	
ITEM	PRAZO DE ENTREGA
Finalidade	Assegurar que os materiais gráficos sejam entregues dentro do prazo estabelecido no contrato, evitando atrasos que possam comprometer as atividades institucionais
Meta a Cumprir	Garantir que pelo menos 95% das entregas ocorram dentro do prazo estipulado
	Reduzir para menos de 3% o percentual de pedidos com atraso
Forma de Medição	Registro das datas de entrega e comparação com o cronograma contratual
Periodicidade da verificação	Mensalmente, com base nos registros de recebimento
Início de Vigência	A partir da emissão da primeira ordem de fornecimento
Sanções Contratuais	Aplicação de penalidades financeiras por atrasos superiores ao permitido, podendo incluir rescisão contratual em caso de reincidência

INDICADOR 03	
ITEM	GARANTIA
Finalidade	Assegurar que o fornecedor cumpra os termos da garantia estabelecidos no contrato, garantindo suporte adequado em caso de defeitos, imperfeições ou qualquer irregularidade que comprometa a utilização dos produtos fornecidos.
Metas a Cumprir	Menos de 2% de substituições solicitadas durante a vigência da garantia
	Garantir que os procedimentos para acionar a garantia sejam simples, claros e acessíveis ao contratante, facilitando o processo de solicitação de substituições
Forma de Medição	Verificação do cumprimento dos termos de garantia, incluindo duração, cobertura e procedimentos para acionar a garantia.
Periodicidade da verificação	Regularmente ao longo do período de garantia
Início de Vigência	A partir do recebimento dos produtos
Sanções Contratuais	Aplicação de penalidades financeiras caso os termos de garantia não sejam cumpridos ou faltar resposta adequada do fornecedor às solicitações de substituições

INDICADOR 04	
ITEM	IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Finalidade	Garantir que os materiais gráficos apresentem impressão nítida, cores adequadas e acabamento conforme os padrões exigidos
Metas a Cumprir	Alcançar um índice mínimo de 95% de satisfação nas avaliações de qualidade dos materiais entregues
	Reduzir para menos de 2% o percentual de reclamações sobre falhas na impressão ou acabamento
Forma de Medição	Inspeção visual e aplicação de checklist de controle de qualidade
Periodicidade da verificação	A cada lote recebido
Início de Vigência	A partir da primeira entrega dos materiais
Sanções Contratuais	Substituição dos materiais defeituosos sem custo adicional e aplicação de multa contratual em caso de reincidência

INDICADOR 05	
ITEM	DEMANDAS DE QUANTIDADE E VARIEDADE
Finalidade	Garantir que os materiais gráficos sejam entregues na quantidade correta e nas variações especificadas, evitando faltas ou excessos desnecessários
Meta a Cumprir	Assegurar que 100% dos pedidos sejam atendidos na quantidade e variedade corretas
	Manter um índice de erro de fornecimento inferior a 3% dos itens solicitados
Forma de Medição	Comparação entre o pedido realizado e o volume entregue
Periodicidade da verificação	A cada fornecimento recebido
Início de Vigência	A partir da primeira solicitação de material gráfico
Sanções Contratuais	Aplicação de multa contratual em caso de descumprimento e obrigação de correção do fornecimento sem custo adicional

INDICADOR 06	
ITEM	SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS
Finalidade	Monitorar a percepção dos usuários sobre os materiais gráficos fornecidos, garantindo que atendam às expectativas em termos de qualidade, design e funcionalidade
Meta a Cumprir	Obter um índice mínimo de 90% de satisfação dos usuários finais dos materiais
	Resolver 100% das reclamações de usuários sobre problemas nos materiais gráficos dentro dos dias acordados
Forma de Medição	Aplicação de pesquisas de satisfação e análise de registros de reclamações
Periodicidade da verificação	Uma vez, por meio de formulários eletrônicos ou físicos
Início de Vigência	A partir da entrega dos primeiros lotes de materiais
Sanções Contratuais	Aplicação de penalidades financeiras caso o índice de satisfação fique abaixo do mínimo estabelecido